

CNJ fará encontros em agosto para aprimorar ações contra violência doméstica

O Conselho Nacional de Justiça promove, durante o mês de agosto, uma série de cinco encontros regionais para qualificar a atuação de grupos de responsabilização de violência doméstica no âmbito das alternativas penais.

A iniciativa é voltada exclusivamente a profissionais e instituições que conduzem esses grupos em todo o país e serão realizados nas seguintes datas, sempre das 14h às 17h:

- 5/8 (terça-feira)
- 6/8 (quarta-feira)
- 12/8 (terça-feira)
- 14/8 (quinta-feira)
- 26/8 (terça-feira)

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, publicado em julho, revelaram alta nos índices de violência contra as mulheres no Brasil. Segundo o relatório, 1.492 mulheres foram vítimas de feminicídio — o maior número desde a criação da tipificação penal, em 2015 —, um aumento de 0,7% em relação a 2023. As tentativas de feminicídio cresceram ainda mais, com alta de 19% e um total de 3.870 vítimas.

Grupos de responsabilização no contexto das alternativas penais são espaços reflexivos ou educativos destinados a autores de violência doméstica, conduzidos por equipes multidisciplinares. Neles, os participantes são levados a reconhecer a gravidade de seus atos, refletir sobre padrões culturais, compreender os direitos das mulheres e aprender formas não violentas de lidar com conflitos.

Aplicados como medida alternativa ao encarceramento, esses grupos visam responsabilizar o agressor, reduzir a reincidência e promover mudanças de comportamento e maior proteção às vítimas.

Para Luís Lanfredi, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, a formação é uma oportunidade para alinhar práticas e garantir maior efetividade no enfrentamento à violência

Freepik



CNJ promove cinco encontros em agosto sobre grupos de violência doméstica



doméstica.

“Os grupos de responsabilização têm potencial transformador quando conduzidos de forma técnica e sensível às especificidades do fenômeno da violência de gênero. Ainda há muito o que avançar no sentido de promover uma responsabilização real, com prevenção de novos ciclos de violência e respeito aos direitos das mulheres”, afirma.

Os encontros são organizados pelo programa Fazendo Justiça — parceria entre CNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Secretaria Nacional de Políticas Penais. As reuniões se alinham às metas do plano nacional Pena Justa, construído para enfrentar a crise estrutural do sistema prisional brasileiro. Entre as medidas previstas no plano está a qualificação da Política Nacional de Alternativas Penais, com atenção especial a grupos vulnerabilizados, por meio da implantação de grupos de responsabilização como medidas diversas da prisão.

Durante a formação, será apresentado o guia metodológico que orientará a implementação dos grupos nos estados, em fase de revisão final para publicação pelo CNJ. Além disso, a formação se baseia em outra publicação técnica relativa ao tema, o Guia de Formação em Alternativas Penais sobre Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres.

A iniciativa também busca ampliar o alcance e o impacto da política de alternativas penais. De acordo com Fabiana Leite, coordenadora da área de Medidas Diversas da Prisão no programa Fazendo Justiça, “fortalecer os grupos de responsabilização é essencial para a consolidação de respostas penais que rompam com a lógica do encarceramento automático e que estejam verdadeiramente comprometidas com a transformação dos padrões que sustentam a violência contra a mulher”.

Dados alarmantes

Para além da alta nos casos de feminicídio e tentativa de feminicídio, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontou a persistência e a complexidade da violência de gênero no país – foram registrados 51.866 casos de violência psicológica, crescimento de 6,3%. O número de estupros e de estupros de vulneráveis chegou a 87.545 vítimas, sendo 76,8% consideradas vulneráveis e 87,7% do sexo feminino. Mesmo com mais de 67 mil perícias realizadas, apenas 9,8% resultaram em laudos positivos, o que evidencia as dificuldades na produção de provas e responsabilização dos agressores.

Pena Justa

Essa ação está alinhada às seguintes metas nacionais do Plano Nacional Pena Justa: implantação de grupos reflexivos de responsabilização como medidas diversas da prisão (Indicadores: 1.2.1.2.4.1 e 1.2.1.2.4.2) e criação de fluxo de registro ou coleta de dados para sistematização de informação sobre adoção de alternativas penais (Indicador: 1.2.1.2.5.1). *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*



- Clique [aqui](#) para acessar o encontro da Região Sul (5 de agosto)**
- Clique [aqui](#) para acessar o encontro da Região Centro Oeste (6 de agosto)**
- Clique [aqui](#) para acessar o encontro da Região Nordeste (12 de agosto)**
- Clique [aqui](#) para acessar o encontro da Região Norte (14 de agosto)**
- Clique [aqui](#) para acessar o encontro da Região Sudeste (26 de agosto)**
- Clique [aqui](#) para acessar Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**
- Clique [aqui](#) para acessar o guia**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-ago-03/cnj-promovera-encontros-para-aprimorar-aco-es-contra-violencia-domestica/>